

POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA¹

RURAL POPULATION IN THE REGION OF HIGH JACUÍ/RS: ANALYSIS UNDER THE AGRICULTURAL DEVELOPMENT PERSPECTIVE

Claudia Maria Prudêncio de Mera

Doutora em Desenvolvimento Rural.
Professora da Universidade de Cruz Alta.
cmera@unicruz.edu.br

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Doutor em Economia.
Professor Adjunto, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).
mielitz@ufrgs.br

Resumo

No intuito de estudar a temática da diminuição da população rural, objetivou-se nesta pesquisa analisar os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí/RS relacionados com a diminuição da população rural. O campo empírico do estudo foram os 14 municípios da região do Alto Jacuí, através do recorte espacial metodológico do COREDE Alto Jacuí. Através de amostragem por acessibilidade, foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) entrevistas, abrangendo produtores que venderam ou arrendaram suas terras e migraram para a cidade, compradores ou arrendatários e Segmentos Rurais. A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa indicam que esta região tem alcançado expressivo desenvolvimento agrícola e consequente desenvolvimento de outros setores econômicos. Por outro lado, este modelo não tem conseguido desenvolver o meio rural, pois não depende fundamentalmente da população rural para sua consolidação. A inviabilidade de pequenos produtores e consequente busca por melhores condições de vida no meio urbano, o investimento em aquisição de novas áreas devido à necessidade de economia de escala, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, tendo como fio condutor o elevado preço da terra.

Palavras-chave: População Agrícola. Rural. Agrícola. Desenvolvimento. Migração. Alto Jacuí/RS.

Abstract

In the intention to study the theme of the rural population decreasing, the goal it aims in this research to analyse the identifying factors with the model of agricultural development of Cruz Alta/ RS region related with the decreasing rural population. The

empirical setting to the study were the 14 municipal districts from the Cruz Alta region, through the methodological cropping from CORED Alto Jacuí. Through the sample for accessibility, it were fulfilled 171 (one hundred and seventy-one) interviews including producers that sold or rent their proprieties and migrated to the city, buyers or tenants and Rural Segment. The analysis of the qualitative data was fulfilled by the method of analysis of the content. The results of the research indicate that the region has reached expressive agricultural development and consequent development of other economic sectors. On the other hand, this model hasn't developed the rural environment, because it doesn't fundamentally of the rural population to its consolidation. The individuality of small producers and consequent search for better life conditions in the urban environment, the investment in the acquisition of new areas due to the need for economy of scale, the output of the youthfults and retired elderlies to the city from their municipal district seems imply a natural process in that model of development, it having like conductor wire the elevated price of the land.

Keywords: Agricultural Population. Rural. Agricultural. Development. Migration. Alto Jacuí/RS.

Introdução

Mesmo que essa ideia pareça estar superada, durante muito tempo a percepção de desenvolvimento esteve associada à análise de processos de crescimento econômico e, sobretudo, à análise da atividade agrícola nesse debate, relacionada à sua representação no mercado produtivo, oferta, demanda e preços dos produtos agrícolas, representando uma visão microeconômica de análise.

Numa preocupação mais macro, tem-se estudado as consequências desse modelo produtivista no que diz respeito ao desenvolvimento da população rural e urbana. O debate atual evidencia a necessidade de se analisar o desenvolvimento como um processo mais amplo, que leve em consideração as noções e interpretações acerca do mundo rural e suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões, incluindo-se nesse debate as instituições, as políticas públicas, as condições de acesso e uso da terra e as relações de trabalho.

A dimensão demográfica tem feito parte desse debate, principalmente no que tange aos efeitos da diminuição e aumento da população rural sobre o desenvolvimento. A discussão permeia entre a concepção que defende a fixação do agricultor na atividade rural e os desajustes no que diz respeito à diminuição dessa população. Por outro lado, discute-se essa diminuição como uma decorrência normal do deslocamento do centro dinâmico de uma economia em desenvolvimento.

Esta última discussão está presente desde a inserção da agricultura no processo de industrialização, quase sempre enfatizando uma disfuncionalidade entre o meio urbano e o rural. A partir dos anos 50, estudiosos de várias áreas intensificam essa discussão, são autores considerados clássicos da questão agrária no Brasil, que tratam desse assunto de forma mais organizada ao longo do século XX. A discussão recorrente no Brasil era a necessidade de programar um novo modelo baseado na consolidação do modelo urbano-industrial, que estava ainda embrionário. Segundo Johnston e Mellor (1961), a agricultura estaria cumprindo uma de suas funções, que seria a de enviar pessoas para a cidade a fim de aumentar o volume de mão de obra e, conseqüentemente, diminuir os custos industriais e os preços ao consumidor.

Algumas razões são apontadas como causas da diminuição da população no meio rural, o que pode ser compreendido como um movimento em duas direções: a procura por melhores condições de vida e, por outro lado, o processo de expulsão. Nesta segunda direção está a rigidez da estrutura fundiária e as dificuldades impostas a outras formas de acesso à terra, dificultando a permanência dos que estão na atividade e a instalação de novos agricultores no meio rural. Segundo Graziano da Silva (1998), a estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, dificultando qualquer tipo de acesso à terra aos trabalhadores rurais brasileiros.

Outro motivo apontado é resultado do processo de modernização, provocando mudanças na organização da produção, diminuindo a necessidade de mão de obra permanente e exigindo economia de escala de alguns produtos. Com alicerce no diagnóstico, tanto das correntes neoclássicas quanto marxistas, de que a agricultura que não incorporasse tecnologias se constituía em barreira para o desenvolvimento da industrialização do país, são formuladas políticas visando aumento de produção e produtividade, com a finalidade de substituir os insumos tradicionais por insumos modernos no setor agrícola. Na fase do milagre brasileiro, a crença era de que o crescimento da produtividade da agricultura resolveria os principais problemas econômicos do país. Para Schneider (2002), os efeitos desse processo são o aumento da produção e da produtividade da agropecuária e uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais. Segundo Guimarães (1977, p.331), ocasionando “enormes e cada vez mais profundas desigualdades existentes entre a grande e a

pequena exploração agrária, e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação”.

Apesar da industrialização, ou por causa dela, esse sistema apresentou várias consequências, entre as quais: a desigualdade da modernização entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Segundo Graziano (1982, p. 45), “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.” Para Santos e Silveira (2001), essa desigualdade, associada à estrutura da propriedade da terra, ao povoamento e à concentração fundiária, foram responsáveis pela pobreza e pelo abandono do campo, ocasionando disparidades regionais, desigualdade de renda, o que se pode verificar pela nítida separação do território brasileiro em quatro Brasis: Sul e sudeste, centro-oeste, nordeste e Amazônia. Mazoyer (1991) afirma que a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola foram concebidas como uma simples transferência do modelo de modernização utilizado nos países centrais para os países em desenvolvimento. Esta forma de concepção unilateral obteve alguns sucessos, como o aumento da produção de agroexportação, mas não levou ao desenvolvimento amplo e equilibrado das economias agrícolas. Ampliando as desigualdades do desenvolvimento, aumentaram a dependência tecnológica, o desemprego, a fome, êxodo e marginalidade, criando instabilidade social e política, atingindo o crescimento agrícola, mas não o desenvolvimento rural.

Por outro lado, conforme dito anteriormente, o processo atrativo por melhores condições de vida no meio urbano também é apontado como causa da diminuição da população no meio rural. O estudo proposto na abordagem de Todaro (1979) aponta fatores econômicos e não econômicos como causadores desta problemática, considera a mobilidade um meio de ajustamento propício para o mercado de trabalho, explicado no pensamento marshalliano, decorrente da existência de economias de aglomeração. A atração urbana ocorre principalmente pela procura de aumento na renda, por atrativos culturais modernos que a cidade exerce (onde o agricultor procura desvencilhar-se das particularidades do meio rural relacionadas às condições climáticas e biológicas da atividade agrícola e dos fatores culturais ligados a ela), seguindo o caminho de familiares que já deixaram o meio rural.

Para entender esse contexto, este estudo propôs analisar a diminuição da população rural, tendo como *locus* da pesquisa a região do Alto Jacuí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde a atividade agrícola é parte da sua base econômica e a terra, enquanto base principal dessa atividade, está voltada à agricultura intensiva. Essa característica concentracionista teve origem na sua formação histórico-econômica e ainda permanece no quadro atual, constituindo um complexo de processos e dinâmicas sociais e econômicas que definiram o ritmo do desenvolvimento da região.

Pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e agricultura de subsistência, que após, num segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja.

A partir de 1950, tanto as culturas de subsistência quanto a pecuária começam a apresentar instabilidade e praticamente entram em estagnação, tendo como uma das explicações a falta de incentivo a essas culturas. Como consequência, diminui a produção de produtos tidos como tradicionais da região, tais como: feijão, abóbora e arroz, mandioca, batata, e produtos como a soja e o trigo recebem incentivos para serem desenvolvidos. Segundo Ruedell (1995, p.16), na região a atividade do setor primário estava concentrada na pecuária, que aos poucos cedeu lugar para o trigo. “Esta cultura tornou-se o principal motivo da passagem de parte dos campos de barba-de-bode para lavoura, a partir da década de 1950”. E isso aconteceu em tal ordem, com relação aos demais municípios, que Cruz Alta foi denominada a “Capital Nacional do Trigo”. Esse avanço sobre as áreas de campo foi ainda maior a partir da década de 60, pela introdução da cultura da soja. Aos poucos, a modernização foi modificando as paisagens, o boi foi substituído pelo trator e o machado pela motosserra. O aumento da fertilidade da terra passou a ser obtido pelo calcário e adubação química.

A modernização da agricultura na região fez surgir os trabalhadores temporários, bem como crescer e se perpetuarem os especuladores de terra, mudando a estrutura agrária da região. Os colonos que entendiam do processo de transação com os bancos, de hipoteca de terras e da aquisição de máquinas, deram origem a um novo produtor: o “granjeiro” que, segundo Benetti (1982, p. 43), “são os produtores que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado.”

Os granjeiros eram comerciantes e profissionais liberais representando a classe mais “esclarecida”. Com o crescente incentivo do governo, os granjeiros passaram a arrendar terras de pecuaristas, adquirindo propriedades de colonos e reforçando a concentração de terra e o êxodo rural. Assim, a policultura tradicional foi praticamente substituída pelas culturas trigo e soja, alterando sensivelmente a base econômica da região em decorrência da montagem de uma infraestrutura voltada para produção, distribuição e comercialização desses produtos.

Junto com a expansão da lavoura de trigo e soja, referenda-se um novo sistema de produzir e constituem-se novas relações com o mercado, novas formas de associação, cooperativas e sindicatos, implantando-se mudanças fundamentais nas relações de produção, econômicas e sociais, no meio rural da região.

Outro tema amplamente estudado na região é a questão da estrutura fundiária. A região apresenta, após os anos 60, redução significativa do tamanho dos estabelecimentos rurais. Para Azambuja (1991), a sucessão e partilhas para garantir espaço aos filhos e a necessidade de escala produtiva foram determinantes para a alteração da estrutura fundiária. Também a ausência de alternativas dentro do próprio setor agrícola e mesmo nos demais setores da economia regional, gerou também a transferência de agricultores para outras regiões. O autor afirma: “ao produtor restam duas alternativas: ou vende a propriedade e integra-se à cidade como trabalhador urbano, ou vende o lote para reproduzir-se como agricultor em áreas de fronteira mais distantes” (p. 19). Segundo Brum (1988, p.74) “o sopro de euforia modernizadora que sacudiu o Rio Grande agrícola nas décadas passadas, deslocou-se, e agora movimenta a nova fronteira agrícola de outros estados e converge para a região do Brasil Central”.

Nos últimos anos, a região do Alto Jacuí vem apresentando uma acentuada diminuição no número de pessoas residentes no meio rural. Os dados do IBGE mostrados na Tabela 01 evidenciam esse declínio, e em alguns municípios de forma bastante acentuada, representando uma queda de 55,85% no somatório dos municípios de 1960 até 2010. Os municípios onde este percentual foi maior foram: Cruz Alta com queda de 85,36%, Tapera (82,77%), Não-Me-Toque (82,09%), Ibirubá (70,44%), Santa Bárbara do Sul (76,76%), Colorado (63,19%), e Selbach (63%). Em alguns municípios as emancipações ocorridas justificam os altos índices de queda no número de pessoas residentes no meio rural. Lagoa dos Três Cantos e Quinze de Novembro foram os

municípios onde o percentual de diminuição da população rural foi menor, 16,91% e 24,50%, respectivamente. Chama atenção a diminuição da população rural nos anos 80, com queda de 19,20%, índice superior ao do estado e do país. Estes dados são corroborados pelo levantamento do IBGE (1980), que identifica o número de pessoas não naturais dos municípios onde residem e que procederam do meio rural. Na região do Alto Jacuí eram 15.843 pessoas que vieram do meio rural em 1970 e 26.820 na década seguinte. O município de Cruz Alta foi o que mais contribuiu para este número, recebendo 10.818 pessoas oriundas do meio rural em 1980.

Para Aléssio (1981, p. 110), esta queda neste período se deve principalmente à diminuição dos assalariados que residiam no meio rural. Segundo ele, “os modernos meios de comunicação e as facilidades de locomoção entrando no meio rural, juntamente com a máquina, criaram a ilusão da cidade, para onde se dirigiram levas de assalariados rurais à procura de melhores condições de vida”. Além disso, a valorização da terra desalojou posseiros que residiam em áreas menos produtivas e que antes eram abandonadas pelos proprietários. Segundo Sorj (1980), a modernização agrícola transformou-se num dos elementos principais no processo de acumulação de capital, na medida em que permitiu a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo, permitindo também um incremento sobre o trabalho gerado na agricultura, gerando novo campo de valorização do capital, de insumos e produtos industriais ligados a ela.

Nos anos posteriores a 1980, o número de pessoas residentes no meio rural continua diminuindo, porém em ritmo menor. No entanto, no período de 2000 a 2010 este número diminuiu 20,74%, representando o maior índice desde 1960. No estado esta queda é de 14,72% e no país 6,30%. Neste último período chama atenção o município de Cruz Alta que, devido principalmente as emancipações de Boa Vista do Cadeado e Boa Vista do Ingra, diminuiu 62,17%, e Salto do Jacuí que diminuiu 45,05% o número de residentes no meio rural. Nos demais municípios, a queda é semelhante a da região, com exceção de Quinze de Novembro, onde o índice foi menor, 12,73%.

Tabela 01– Evolução demográfica da população rural nos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2010

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var. % 1960- 2010
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	1.969	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	1.701	-
Colorado	-	4.632	3.396	3.084	2.153	1.706	- 63,17
Cruz Alta	15.205	13.475	11.239	6.303	5.887	2.227	-85,36
Fortaleza dos Valos	-	-	-	2.640	2.260	1.584	-40,00
Ibirubá	13.423	13.176	9.882	6.114	5.112	3.968	-70,44
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	952	791	-16,91
Não-Me-Toque	11.010	6.928	4.577	3.822	2.619	1.972	- 82,09
Quinze de Novembro	-	-	-	2.241	1.939	1.692	-24,50
Saldanha Marinho	-	-	-	1.679	1.303	942	-43,85
Salto do Jacuí	-	-	-	3.397	3.043	1.672	-50,78
Santa Bárbara do Sul	7.936	6.068	6.042	3.799	2.476	1.844	-76,76
Selbach	-	3.997	3.625	2.525	2.073	1.479	-63,00
Tapera	9.447	5.243	4.481	3.284	1.948	1.628	-82,77
Total	57.021	53.519	43.242	38.888	31.765	25.175	-55,85
Rio Grande do Sul	3.003.049	3.134.870	2.556.856	2.141.345	1.868.850	1.593.638	-46,93
Brasil	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007	-23,49

Fonte: IBGE (Censo Demográfico: 1960-2010).

Assim, diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a estudar: Quais os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado, relacionados com a diminuição da população rural da região do Alto Jacuí (RS)?

Metodologia e procedimentos do estudo

Utiliza-se como universo de estudo a região do Alto Jacuí, sendo o recorte espacial utilizado pelo COREDE– Alto Jacuí, demonstrado conforme a Ilustração 01. A região está situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2010), com uma área de 6.906,5 km², a população total é de 155.278 habitantes (84 % Urbana e 16% Rural) e é composta de quatorze municípios (Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Selbach, Santa Bárbara do Sul e Tapera).

Os municípios que têm o maior número de habitantes são: Cruz Alta (65.819), Ibirubá (18.937), Não-Me-Toque (15.560), Salto do Jacuí (12.437), Tapera (10.530) e Santa Bárbara do Sul (19.022), os demais municípios têm menos de 5.000 habitantes.

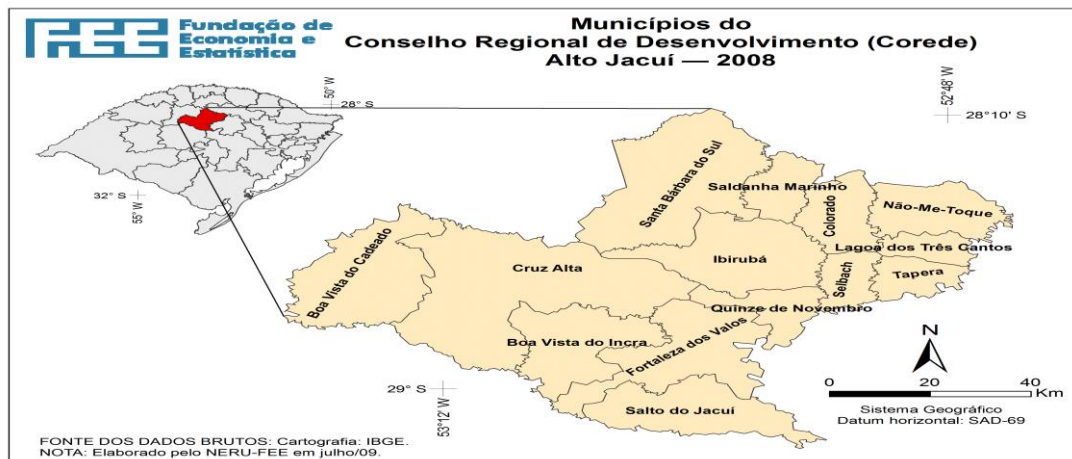


Ilustração 01: Mapa de localização do COREDE Alto Jacuí

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – RS (FEE)

Metodologia da pesquisa e instrumentos de coleta de dados

Para alcançar os objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva a fim de identificar e analisar os fatores influenciadores na diminuição da população rural da região do Alto Jacuí (RS), e as possíveis relações com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado na região, procurando estabelecer relações entre variáveis contidas neste tema.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi realizado através de pesquisa de campo. O período de realização das entrevistas foi de abril a dezembro de 2010, através de visitas in loco do pesquisador, em todos os municípios da região. Todas as entrevistas foram realizadas na área urbana, onde os produtores estavam residindo e com os responsáveis pelas Instituições Rurais.

Foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) entrevistas, abrangendo 82 (oitenta e dois) entrevistados que venderam ou arrendaram suas terras e migraram para a cidade, 38 (trinta e oito) entrevistados compradores ou arrendatários e 51 (cinquenta e um) Segmentos Rurais. Também fizeram parte da pesquisa, considerados neste último número, o Responsável Técnico pelo escritório da Agência Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizado no município de Cruz Alta, os diretores comerciais das Cooperativas COTRIBÁ (Cooperativa Agrícola Mista General Osório

Ltda) e COTRIJAL (Cooperativa Agropecuária e Industrial), pois ao longo da pesquisa de campo estas cooperativas foram frequentemente citadas pelos entrevistados. No município de Salto do Jacuí, por não haver na época das entrevistas um Secretário da Agricultura, optou-se por entrevistar a Inspeção Veterinária, que presta assistência técnica aos produtores do município e região.

A participação da população rural no modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí

A discussão sobre a problematização do desenvolvimento agrícola e da população rural só é possível com a retomada das concepções pelas quais este desenvolvimento foi elaborado. Como herdeira de pré-condições estabelecidas pela formação do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, o que se reflete na caracterização do modo de desenvolvimento da produção agrícola, a região do Alto Jacuí foi sendo ocupada de forma desigual e combinada. Na sua formação regional, viviam índios que criavam gado livremente nos campos. Com a descoberta dessa região pelos paulistas, esse gado era abatido e seus derivados exportados para a Europa. Antes disso, essa população indígena, por influência jesuítica, produzia principalmente milho, feijão, abóbora, batata-doce, erva-mate e mandioca em um sistema agrícola rudimentar de derrubada e queimada. Essa população agrícola, composta principalmente de jesuítas, índios e açorianos, até a metade do século XVIII pode ser considerada a primeira a organizar uma economia agrícola na região com a comercialização de excedentes, principalmente a erva-mate e o couro, e de praticarem uma agricultura de subsistência diversificada em pequena propriedade.

Posteriormente, ao lado da pecuária que cresce a partir do ciclo mineiro, objetivando o escoamento de tropas muares para o município de Sorocaba, em São Paulo, cresce também a produção de trigo. Essas duas atividades formam a base econômica das pequenas propriedades açorianas no final do século XVIII. No início do século seguinte, a atividade tritícola irá praticamente desaparecer devido a problemas sanitários e de mercado. A consequência é a absorção dessas áreas pelo latifúndio pastoril que, além do rebanho bovino, contava com um expressivo rebanho de ovinos, suínos, equinos, asininos e muares.

Com a chegada dos imigrantes europeus nos últimos decênios do século XIX na região, ocorre o início da ocupação efetiva das áreas de matas, que já haviam sido parcialmente ocupadas pelos índios, açorianos e outros imigrantes. No entanto, com o reduzido tamanho das propriedades e a baixa qualidade do solo, parte dessa população desloca-se para outros estados. Assim, a população agrícola era constituída de pequenas glebas de imigrantes ou colonos que ao lado dos fazendeiros e dos caboclos que serviam de mão de obra para o latifúndio pastoril, participaram do desenvolvimento agrícola da região nas primeiras décadas do século XX.

O desenvolvimento agrícola tem impulso com a construção da estrada de ferro, em 1894, ligando o município de Cruz Alta a outros mercados consumidores. A expansão dos colonos que conseguiram prosperar, mesmo em situações adversas, dá margem para que estes se integrem na economia de mercado e lhes permita uma produção de subsistência, que era negociada por comerciantes que ocupavam posição dominante, tanto na compra quanto na venda de produtos agrícolas. Este mercado torna-se base para a instalação de pequenas indústrias que se mantêm dependentes da agricultura. Esses comerciantes têm uma participação importante no desenvolvimento agrícola da região. Por um lado os mais “fortes”, no sentido de barganha comercial, irão constituir as granjas de trigo com o início da modernização agrícola, por outro, as cooperativas agrícolas gradativamente ocuparão o espaço deixado por esses comerciantes.

Uma nova fase no desenvolvimento agrícola surge após 1950; é a transformação do modelo técnico de produção através da modernização agrícola e do avanço da industrialização na agricultura e, da mesma forma, de um conjunto de setores que se desenvolvem a partir desse contexto. São cooperativas agrícolas, revendedoras de máquinas e equipamentos e de insumos agrícolas, além de indústrias moageiras de trigo e outras ligadas ao setor, que se desenvolvem para atender a demanda e a oferta do mercado agrícola.

Esse sistema de modernização, em um primeiro momento, ocorre sem alterar o sistema econômico pecuário dominante. Aos poucos, os agentes que possuíam maiores capitais acumulados e experiência de mercado, passam a ser considerados granjeiros, e a ocupar, através de compra e arrendamento para produção de trigo, as áreas antes destinadas à pecuária, contando com o apoio de cooperativas e órgãos representativos,

criados neste período para dar suporte a esta atividade e que potencializam a especialização e a monocultura.

Este arcabouço montado para a produção de trigo facilitará o desenvolvimento agrícola na região através da produção de soja, contando também, principalmente, com uma política de crédito voltada a alavancar sua produção. Esse binômio soja e trigo constitui um novo cenário na agricultura regional, e que permanece até os dias atuais, em que áreas destinadas à produção de leite, suínos, aves, hortas e outros sistemas agrícolas, transformam-se em lavouras. Assim, com o desenvolvimento agrícola que se fez sentir com as lavouras de trigo e soja na metade do século XX, a atividade pecuária, que era a base principal da economia até os anos 50, declina de forma acentuada.

Da mesma forma, esse sistema de desenvolvimento agrícola, inserido em um contexto mais amplo de desenvolvimento do país, herdeiro da agricultura colonialista exportadora, passa a ser responsável pelo crescimento de todos os demais setores econômicos da região, criando uma situação de dependência. Também passa a ser referência no que diz respeito ao valor, uso e preço da terra e, conseqüentemente, alterando as relações sociais de produção, a concentração da terra e o acesso a ela. Na percepção dos agricultores entrevistados, esta exclusão foi maior no período da aceleração da modernização agrícola. Porém, ainda hoje continua inviabilizando o pequeno produtor, pois exige áreas maiores, tendo-se que plantar mais, colhendo mais para ter lucro semelhante ao que se tinha antes. Diminuiu, assim, a necessidade de mão de obra, principalmente quando a matriz produtiva predominante é a de grãos; processo este que resulta em concentração de terra, através de arrendamento ou compra por parte dos grandes agricultores. Este regime de acumulação na região, que é intensificado com o desenvolvimento da atividade agrícola, utilizando máquinas e insumos modernos, visando o aumento da produtividade e dependente de produção em escala, ocorre sem alterações significativas no número de estabelecimentos rurais e na área agrícola dos municípios, exceto pelas emancipações ocorridas.

A participação da população rural pós-modernização e especialização agrícola, composta por colonos, granjeiros, fazendeiros, assalariados rurais (com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963), é bastante distinta no contexto de desenvolvimento agrícola. Aléssio, em seu estudo sobre a modernização agrícola do município de Cruz Alta e região, define de forma objetiva esta participação.

Dessa especialização resulta, do lado dos granjeiros e fazendeiros, a utilização das tecnologias sempre melhoradas e poupadoras de mão-de-obra, a concentração da propriedade agrária, a centralização do capital. Por sua vez os colonos, com pequenas e médias explorações, procuram superar suas dificuldades, utilizando alguma melhoria técnica, usando insumos mais baratos, recorrendo ao emprego do trabalho familiar. Como seus produtos são comercializados a preços politicamente reprimidos, são forçados a renunciar muitas vezes ao lucro de suas atividades, recebendo uma margem de retorno que apenas equivale à remuneração de sua força de trabalho. Nestas condições os colonos estão se proletarizando. Os assalariados por sua vez com as dificuldades de emprego devido ao aumento da competição, os baixos salários e o aumento do custo de vida, encontram-se totalmente à margem do processo. (ALÉSSIO, 1981, p. 185).

Pode-se dizer que a população rural, que estava organizada socialmente em granjeiros, fazendeiros, colonos e assalariados rurais, após a modernização agrícola redefiniu-se. Os granjeiros continuam crescendo e são hoje grandes produtores patronais e agricultores familiares capitalizados, que compram ou arrendam áreas de terras dos produtores, que eram denominados de colonos, e que substituíram o trabalho escravo na agricultura no início do desenvolvimento agrícola, caracterizado neste estudo como pequeno agricultor, e que deixa o meio rural por falta de capitalização e em busca de melhores condições de vida.

Assim, desde o período que marca a modernização da agricultura na região, a população rural diminuiu 55,85% de 1960 até 2010, sendo 20,74% nos últimos dez anos. Atualmente, são 25.175 pessoas residindo no meio rural, ou seja, 16% do total da população da região, segundo os dados do IBGE (2010). Nos próximos itens, são elencados e analisados os fatores que contribuem para essa diminuição. Primeiramente os intrínsecos no modelo de desenvolvimento agrícola da região, e posteriormente, as causas estruturais ou fatores não relacionados ao modelo de desenvolvimento agrícola regional.

Fatores que interferem na diminuição da população rural, intrínsecos no modelo de desenvolvimento agrícola regional: escala produtiva como processo natural na atividade agrícola da região

O caráter capitalista da agricultura conduz, nesse modelo de desenvolvimento agrícola, à concentração de capital e terra. Também é altamente seletivo, porque só uma parcela da população rural possui os requisitos básicos para se enquadrar no seu desenvolvimento. Na região do Alto Jacuí, a população que está conseguindo

permanecer e se fortalecer neste modelo são aqueles produtores que adquiriram ou arrendaram terras ao longo dos últimos anos, como forma de investimento e devido à necessidade de economia de escala, aumentando assim a sua área produtiva.

São produtores que residem há muito tempo no meio rural, e parte da família, reside na cidade, onde estes produtores possuem casas e apartamentos, além de propriedades em outras regiões; que planejam e controlam suas atividades através de profissional especializado, e que estão na atividade agrícola por opção, sentindo-se preparados para esta atividade. Assim, são otimistas com relação ao futuro para sua família na agricultura, acreditam que continuarão investindo na propriedade, pois haverá sucessão para a atividade, mesmo enfatizando obstáculos para o aumento da produção, como os preços baixos dos produtos para comercialização, o custo alto da produção, a falta de incentivo para garantia de renda e a mão de obra desqualificada. E mesmo ocorrendo uma piora na atividade agrícola, não venderiam a propriedade, adaptando-se a um novo contexto que possa surgir, planejando o futuro para possíveis crises no setor agrícola. Talvez porque contam com outras fontes de renda, além da atividade agrícola, sendo a aposentadoria e aluguéis de imóveis urbanos as principais fontes de renda complementares. Assim, poderiam arrendar ou vender e migrar para cidade.

Pode-se dizer que a compra, venda e arrendamento de áreas destinadas à agricultura é um “negócio” que continuará crescendo. A decorrência desta realidade favorecerá a continuidade da diminuição da população rural. Os entrevistados afirmam que se tivessem dinheiro sobrando, hoje, iriam investir na compra ou arrendamento de mais terras, mesmo considerando o valor pago pela terra nesta região extremamente elevado. A aquisição de novas áreas ocorre sem mudanças significativas na mão de obra, apenas na sua terceirização, com pagamentos de safristas para ajudar no plantio e na colheita, normalmente contratados por empresas especializadas em recrutar força de trabalho volante. Por outro lado, há um investimento na produção de leite, através de confecções de mangueiras, galpões e maquinários para facilitar a produção; investimentos em pastagens e na pecuária de corte como a atividade principal no inverno.

É necessário distinguir duas situações bem distintas entre esses produtores que arrendaram ou compraram áreas na região. A primeira, e predominante, diz respeito àqueles produtores que continuam na mesma propriedade, apenas aumentam a área

produzida; além desses, existem os produtores capitalizados que têm comprado áreas em outras regiões (principalmente áreas da metade sul do estado) e os filhos têm migrado para estas áreas e continuado as atividades. Somente no município de Tapera existem informações de que as áreas de produtores de Tapera fora do município atingem em torno de 70.000 – 80.000 hectares. Portanto, a diminuição da população rural nos estabelecimentos com áreas maiores deve-se ao fato de tocar o negócio em outros locais.

Pequenos produtores procuram melhores alternativas de vida da cidade

Este item não está direcionado para agricultura familiar, enquanto categoria analítica, mas sim para agricultores que possuem pequenas áreas (72% têm menos de 50 ha e 20% menos de 10 ha), que alegam não terem condições de adquirir áreas maiores e por isso deixam o meio rural. Para Arbage (2000, p. 89), a produção de grãos é, e provavelmente será, fundamentalmente realizada por médios e grandes produtores, pois a deterioração das relações de troca da agricultura com os demais setores tem implicado na necessidade de ampliação das escalas produtivas e ganhos de produtividade, o que tem se refletido na redução do retorno econômico por unidade de área. Para os pequenos produtores, é difícil trabalhar sob este padrão produtivo, pois sua escala não se compatibiliza com o tamanho mínimo de propriedade necessário para um razoável retorno por unidade de capital investido. Dessa forma, pensar em reconversão e/ou manutenção de pequenos produtores rurais produzindo de acordo com o padrão fordista e sem levar em conta a crescente presença das indústrias agroalimentares é, no mínimo, uma utopia e revela um desconhecimento histórico importante. Também George (1982, p. 236) afirma que grandes estabelecimentos agrícolas realizam de forma mais econômica a assimilação dos métodos modernos de trabalho. Na medida em que essa assimilação favorece o crescimento da renda, a diferença econômica entre as pequenas e as grandes explorações acentua-se. Para Accarini (1987, p. 44), a agricultura de baixa renda, como seu nome indica, caracteriza-se pelo nível de pobreza dos agricultores que nela atuam. Isso pode resultar do baixo valor econômico dos bens produzidos ou de imperfeições no sistema de comercialização, a exemplo da exploração realizada por atravessadores, intermediários e indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas.

Pode ocorrer, ainda, por falta de opções viáveis para explorar determinada área e mesmo da pequena capacidade de gerar excedentes, circunstância em que a agricultura de baixa renda poderia ser equiparada à de subsistência.

Uma entrevista concedida por um produtor rural da região, Atilio Campos Lopes, de Boa Vista do Inera, deixa transparecer esta realidade:

A lógica do governo é a seguinte: a agricultura vai sempre bem, quem vai mal são os agricultores, sendo que, “para cada cadeira que cair, há dez pessoas para pegar”. Se alguém não suportar, outro agricultor vai pegar suas terras, fica cada vez com uma área maior e a coisa vai por aí. A agricultura tem de ir bem, os agricultores não precisam ir bem. Como não é preciso mexer com a terra, diminui mão-de-obra. Aqueles que precisam de trabalho, não encontrando aqui, vão para cidade e fazer crescer as periferias, porque quem vai daqui para lá não chega ao centro. [...] Na nossa comunidade temos um clubezinho e um time de futebol que fracassaram, porque toda a gurizada saiu, foi para a cidade. Logo vai ficar só o time dos veteranos e o das mulheres e teremos que jogar um contra o outro, porque poucos dos guris ficaram, só os que estão no colégio, os maiores já saíram. De piá solteiro, que joga bola, ficaram só uns cinco ou seis, mas esses são os casados, que trabalham e têm um pouquinho de terra ou que arrendam, e os guris pequenos que ainda estão em casa”. (SARTORI, 1998, p. 236-37).

Neste estudo, entre os motivos pelos quais os pequenos agricultores deixam o meio rural, está a inviabilização econômica, notoriamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. Também se inviabiliza a atividade da pequena propriedade devido à falta de recursos para partilha quando ocorre o falecimento dos pais, pois o alto preço da terra inviabiliza a divisão. O que normalmente ocorre, neste caso, é que a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros, sem condição de compra, acabam vendendo também. O endividamento devido a investimentos na propriedade representa o principal motivo apontado pelos entrevistados para a inviabilização econômica da propriedade.

No entanto, o primeiro motivo alegado para deixar o meio rural foi a procura por melhores alternativas de vida da cidade, e que está diretamente ligado à inviabilização da escala produtiva e o baixo custo para sair da atividade rural. As teorias sobre a migração deixam claro que as pessoas só migram se o custo da migração compensar. No caso da região, este custo é mínimo, pois as pessoas possuíam casa ou terreno na cidade onde foram residir, ou então adquiriram, com o valor recebido pela venda das terras. Além disso, a migração ocorre geralmente dentro do mesmo município.

Na teoria marxista, a migração é um mecanismo que possui o homem de escapar da miséria ou de ter acesso às melhores oportunidades de promoção social, e isso irá depender das características pessoais na tomada de decisões. Esses produtores que migraram do meio rural na região estavam, na sua maioria, na atividade agrícola porque não haviam se preparado para outras atividades, ou por costume, pois herdaram de seus pais. Produtores que enfrentavam problemas para produzir e obter renda, como preços dos insumos e a pouca terra, já estavam preparados para mudar de atividade, alegando estarem cansados da vida no meio rural e que a melhor alternativa era residir na cidade, sem perspectiva de volta. Ficam em dúvida se tivessem que começar de novo se seriam novamente agricultores, e a volta para o meio rural está condicionada a outro tipo de vida, diferente do anterior.

Mesmo não sendo corroborado pelos pequenos produtores que saíram do meio rural, as instituições entrevistadas relatam que grande parte destes produtores que venderam a propriedade, vindo para a cidade, necessitam de ajuda do governo federal e municipal, bolsa família e da secretaria da assistência social para sua sobrevivência. Principalmente aqueles que não possuem qualificação profissional, enfrentando dificuldades de emprego e moradia, estando mais isolados, não formando grupos sociais ou comunidade. As pessoas que já têm certa idade realmente não conseguem colocação em nenhum lugar e ficam marginalizadas, não tendo a oportunidade de voltar, por questões financeiras. A situação é mais precária para as famílias que eram empregadas no meio rural, muitas vezes não são donos de nada, moram em casas precárias, se inscrevem em programas sociais e, talvez, possam se tornar proprietários de uma casa, algumas vezes, gratuitamente. Normalmente, essas pessoas possuem baixo grau de instrução, passam a viver em condições de subemprego, e ficam na dependência da aposentadoria dos mais velhos e de atividades temporárias.

Nos relatos foi observado que os fatores que inviabilizam o pequeno produtor a permanecer na atividade, contribuindo para a diminuição da população rural, estão intrínsecos no próprio modelo de desenvolvimento agrícola da região.

[...] um dos principais fatores é o próprio modelo de desenvolvimento agrícola, embora seja um setor importante na balança comercial brasileira do jeito que está posto, provoca exclusão. Conforme o agricultor vai se capitalizando se, as terras vão se valorizando e um acaba comprando a terra do outro, acho que esse fator talvez seja o principal, além de outros, como algum problema na gestão, na sucessão da propriedade familiar, acaba os

filhos indo estudar e outras profissões, ficando só os pais, que ficam velhos e acabam vendendo[...].(EMATER de Saldanha Marinho).

[...] a contribuição não se dá só pela via da opressão econômica. Esta, via de regra, é apenas a consequência da consolidação do modelo. A contribuição se dá, fundamentalmente, pela aderência a um conceito de agricultura e/ou desenvolvimento. (EMATER de Cruz Alta).

Na minha opinião nenhum agricultor contribui para o êxodo rural, ele vem acontecendo automaticamente, portanto é preciso que tenhamos a consciência que é o próprio modelo implantado hoje que é excludente e por isso acontece o êxodo rural. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado).

Acredita-se, pelos argumentos expostos pelos produtores que saíram do meio rural, que a realidade dessas pessoas que saem do meio rural, atualmente, é outra. Estes produtores têm alcançado seus objetivos, quando se trata da busca por melhores condições de vida. Tanto homens como mulheres que vendem ou arrendam a propriedade no interior, compram terreno com casa na cidade, investem no estudo e futuro dos filhos. Os que são empregados alegam terem uma vida mais fácil, recebendo mensalmente sem ter que se preocupar com condições climáticas, têm férias e folga no fim de semana, além de não precisarem comprar nenhum maquinário para o trabalho, apenas entram com a mão de obra ou recebem o valor do arrendamento.

A valorização do preço da terra na região, atrelada ao preço da soja, induz a saída do pequeno produtor rural de duas formas: primeiro porque inviabiliza a aquisição de novas áreas; segundo, porque influencia na decisão de vender ou arrendar, devido ao seu preço elevado e a procura de produtores de grandes propriedades que necessitam de economia de escala para produzir. Da mesma forma, o preço elevado da terra também pode ser considerado um importante fator para melhorar as condições de vida após a saída da atividade rural.

Produtores saem do meio rural, mas não da atividade agrícola

A proximidade física é uma vantagem em termos de acessibilidade, podendo ser medida pela economia de tempo e de dinheiro. Mesmo não tendo um conceito, universalmente aceito entre as áreas rurais e o urbanas, a característica especial das áreas urbanas é a de possibilitar contatos de forma fácil e frequente, para fins de trabalho, negociações, compra e venda, educação e culturas. (KAGEYAMA, 2008. p. 16).

O modelo de desenvolvimento agrícola da região de Cruz Alta proporcionou o aumento no número de casos em que os proprietários residem fora do seu estabelecimento rural, sendo esta realidade presente a partir da década de 80 do século XX. Atualmente, a exploração da terra pertence a um proprietário ou arrendatário, na maioria das vezes não residente, mediante pessoal assalariado, pois no modo de produzir grãos a presença do proprietário já não necessita mais ser constante, caracterizando desta forma uma migração interna.

Além da propriedade rural em que residiam no meio rural, ampla maioria dos entrevistados tinha casa ou apartamento na cidade, assim fica mais viável a mudança de residência desses produtores. Esta realidade permite o questionamento de que, se com essa mudança, haveria um desenraizamento do homem do meio rural. Pelos relatos dos entrevistados, exceto os que vieram para cidades maiores e venderam suas áreas, uma parte deles arrendou e outros apenas mudaram de local de residência, mas não perderam o contato com espaço físico rural.

Além disso, outros produtores, principalmente os aposentados, estão produzindo milho verde, milho pipoca, feijão, hortigranjeiros, frutas, entre outros produtos, no meio urbano. É uma forma de não perder o contato com a terra. Este fato está ocorrendo em municípios onde existe espaço de área maior para essa finalidade dentro do município, como Saldanha Marinho, Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro. Em alguns municípios, esse evento está sendo considerado uma nova realidade, e esses produtos utilizados no Programa de Alimentação Escolar.

Além da modernização agrícola, os entrevistados apontam como responsável pela diminuição do emprego a mudança nos financiamentos, que nos anos 70 e 80 eram atrelados à contratação de empregados permanentes registrados, condizentes com o tamanho da propriedade. Além disso, o uso de sementes transgênicas e uma das maiores transformações ocorridas na região, o plantio direto, vieram facilitar a produção, porém contribuíram para a diminuição da população rural, pois necessitam de máquinas e equipamentos maiores.

Além dos fatores intrínsecos ao desenvolvimento agrícola, podem-se elencar outros que interferem na diminuição da população rural da Região e que, segundo o estudo de campo realizado, têm contribuído de forma significativa no processo de migração rural, conforme segue:

Causas estruturais ou fatores não relacionados ao modelo de desenvolvimento agrícola regional: Envelhecimento dos produtores no meio rural e consequente migração para cidade

A população mundial cresce a uma taxa de aproximadamente 1,5% ao ano, porém, a população com mais de 65 anos cresce 2,7% a.a. Nos países desenvolvidos, estima-se que nos próximos anos a população com mais de 60 anos corresponderá a mais de 20% do total de habitantes. A realidade destes países e de outras regiões do Brasil é que a permanência do aposentado no meio rural não se altera e nem suas estruturas sociais, pois é ali onde ele encontra melhores condições de vida e é onde estão suas raízes. (NEVES; CHADDAD; LAZZARINI, 2002, p. 28).

Na região do Alto Jacuí, enquanto a população total diminuiu, em termos absolutos e relativos nos últimos dez anos, a população com mais de 65 anos aumentou 64,78% e representa 19,80% do total da população. No meio rural, essa população aumenta 33,32% nesse período e representa 10,03% da população total em 2000 e 11,51% em 2010. Da mesma forma, no estado do Rio Grande do Sul, essa população teve um aumento de 63,55% nesse período, representando 9,4% do total de habitantes, deixando o estado em 3º lugar no país no número de pessoas nesta faixa etária, segundo o IBGE (2010).

No município de Cruz Alta diminuiu o número de pessoas com mais de 65 anos, no meio rural, e representa o município onde a população, nesta faixa etária, tem a menor participação no meio rural. Por outro lado, possui a maior participação de pessoas com mais de 65 anos no meio urbano, na região. Também no município de Salto do Jacuí, a população rural nessa faixa etária, residente no meio rural, diminuiu 25,82%.

Tabela 02 - População com mais de 65 anos residentes na região do Alto Jacuí, em termos relativos-2000-2010

Municípios	2000				2010			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	275	11,27	57	2,34
Boa Vista da Incra	-	-	-	-	191	7,88	74	3,05
Colorado	221	5,43	186	4,57	303	8,54	328	9,24
Cruz alta	448	0,63	5.078	7,13	202	0,32	7.423	11,82
Fortaleza dos Valos	163	3,20	155	3,06	244	5,33	291	6,36
Ibirubá	558	3,0	1.010	5,42	690	3,57	1.903	9,85
Lagoa dos Três Cantos	109	6,68	73	4,47	142	8,89	148	9,26
Não-Me_toque	254	1,76	866	6,01	367	2,30	1.562	9,80
Quinze de Novembro	181	5,06	198	5,53	256	7,01	371	10,16
Saldanha Marinho	94	2,94	146	4,58	127	4,43	312	10,87
Salto do Jacuí	151	1,16	556	4,30	112	0,94	956	8,05
Santa Bárbara do Sul	82	0,82	557	5,57	150	1,50	845	9,57
Selbach	238	4,90	196	4,03	262	5,32	474	9,62
Tapera	244	2,31	548	5,18	336	3,22	1.024	9,80
Total da Região	2.743	2,49	9.569	4,27	3.657	5,03	15.768	9,84
Rio Grande do Sul	161.501	1,59	570.064	5,60	219.983	2,06	976.531	9,13

Fonte: IBGE (Censo Demográfico: 2010).

Assim, uma geração que nasceu no final da 2ª guerra mundial está reconfigurando o meio rural da região. Se, por um lado, os resultados da pesquisa mostram que a segunda variável mais citada pelos entrevistados, que interfere na diminuição da população rural, é o envelhecimento da população e a sua natural migração para a cidade, por outro, os que continuam residindo na propriedade rural têm mais de 60 anos. Esta realidade certamente induz alguns paradigmas para as próximas décadas, quando esta população rural morrer ou envelhecer mais ainda, quem ficará no meio rural?

O motivo principal para sair da atividade agrícola é o acesso a serviços básicos de saúde, como hospitais, farmácias e atendimento médico especializado, além da participação em inúmeras atividades de terceira idade, tais como bailes durante o dia, atividades de ginástica, bingos, reuniões de grupos, etc. Assim, a procura por melhores condições de saúde foi considerada o motivo mais importante por 44% dos entrevistados. Essa qualidade de vida também é oferecida no interior, mas muitos aposentados já não conseguem mais dirigir veículos para se deslocarem até a sede comunitária, ficando na dependência dos filhos que, muitas vezes, precisam ficar na propriedade trabalhando, impossibilitando a participação do homem rural nas atividades comunitárias.

Alguns entrevistados retratam o que foi dito pelos demais: “Devido ao falecimento do meu marido, o meu filho já casado morava em outro município, aí ficou só eu e minha filha lá a 14 km da cidade, então resolvemos vender e ir morar na cidade para facilitar a nossa vida sem ele”. (Entrevista 47A - Colorado).

Com a mecanização da atividade agrícola, exigindo pouca mão de obra, o produtor que já trabalhou durante 60 ou 70 anos deixa a área, que seria pequena para todos os membros da família, para os filhos, assim que estes consigam formar uma nova família. Migram para cidade em busca de um melhor padrão de vida com o salário da aposentadoria, geralmente dos dois cônjuges. Em alguns casos, a função dos filhos passa a ser, então, cuidar da propriedade e enviar parte da produção como forma a garantir e fomentar o sustento dos pais, agora residindo na cidade. Assim, o filho que ficou no meio rural melhora o padrão dos pais, contribuindo com tudo o que é produzido, como carnes, ovos, hortaliças, frutas, leite e seus derivados, mandioca, farinha de trigo, etc. Em outras situações, os filhos seguem o exemplo dos pais e abandonam suas atividades no meio rural.

Ou, ainda, com a saída os filhos para estudar e/ou em busca de trabalho no meio urbano, alguns desses produtores que permanecem no meio rural depois de aposentados, acabam seguindo os filhos, porque estão sozinhos e com a idade avançada, não conseguindo dar conta das rotinas diárias que a atividade rural exige. Por possuírem condições econômicas e sociais satisfatórias, devido ao capital construído ao longo dos anos, afirmam que esperam um futuro promissor para si e sua família, repetindo com frequência: “nossos filhos já estão formados e encaminhados na vida, e nós só vamos descansar”. Assim, grande parte dessa população que sai do meio rural é aposentada e tem uma vida tranquila, mesmo que na maioria das vezes demorassem a se adaptar à nova realidade na cidade.

Diminuição da taxa de natalidade

Segundo Gonçalves (1995), entre os anos de 1940 e 1960 as taxas de mortalidade brasileira declinaram rapidamente, enquanto as taxas de fecundidade mantiveram-se constantes. A consequência foi um amplo crescimento populacional, mantendo-se inalterada a distribuição etária, caracteristicamente jovem. Nos anos 70, a acentuada

redução das taxas de fecundidade passa a apresentar um significativo descenso. Os resultados da nova dinâmica demográfica consubstanciam-se não só na atenuação e reversão das altas taxas de crescimento populacional, mas também na desestabilização da estrutura etária, iniciando-se um intenso processo de envelhecimento populacional, com importantes consequências para a política social do país.

Além da migração, também é considerado como fator responsável pela diminuição da população rural, a redução da taxa de natalidade através do planejamento familiar. Assim, a população rural diminuiu devido ao número reduzido de pessoas por família. Enquanto nas décadas passadas o número de filhos por família ultrapassava dez, hoje o máximo são três filhos por família, segundo o IBGE (2010).

A queda na taxa de natalidade é um dos indicadores demográficos que mais influencia na estrutura etária da população. Em uma região de agricultura intensiva em capital, e para as propriedades onde a área de terra é de pequena extensão, se, por um lado, não é economicamente viável ter famílias numerosas, por outro, diminui a quantidade de mão de obra disponível para o trabalho sazonal nas atividades agrícolas.

Saída do jovem do meio rural em busca de um salário fixo na cidade

O fim dos jogos rurais, entre outros eventos que ocorriam no meio rural, retrata a migração dos jovens para a cidade e a diminuição desta população, fato que ocorre no meio urbano, mas principalmente no rural. Conforme mencionam alguns dos entrevistados:

As mudanças que a gente vê hoje é o jovem saindo do interior, a cooperativa enfraqueceu bastante devido à entrada das outras empresas com infraestrutura, preços diferenciados e apoio técnico, então quem está prestando mais atenção ao produtor, também está levando o grão. As indústrias aumentam e levam o filho do agricultor pra cidade. (Entrevista 15A- Não-Me-Toque).

A realidade que mudou é que a juventude está indo toda para o urbano. A intenção do jovem é se formar e ir para a cidade. Diminui o número de pessoas, algumas famílias vão para cidade por causa da saúde, e outros venderam. [...] acontece isso aí, nos pequenos produtores se obrigam a sair do meio rural porque não conseguem sobreviver porque nós na pequena agricultura se não conseguirmos diversificar, nós acabamos quebrando. [...] Acho que teria que incentivar que o jovem estude e trabalhe na propriedade, pois na cidade vai ganhar 700 reais por mês, tem que pagar luz, água, tem horário certo, e assim, ele estando aqui na roça, se ele tivesse umas vaquinhas para produzir leite, não precisa muitas vacas para fazer isso, tu acorda cedo, tira o leite, larga as vacas no pasto, planta o pasto, e tem o dia inteiro livre para

fazer o que quiser, não fica escravo do relógio, tu cuida tuas vaquinhas, de tarde tira o leite. Beleza! quase não tem serviço aqui no interior. (Líder do Assentamento Seival).

A falta de renda e de oportunidades para o nosso jovem, falta de incentivo muitas vezes pelos próprios pais, que ao invés de apoiar os filhos a permanecer no meio rural, ainda dizem para eles: vocês têm que estudar, procurar emprego, pois eu não quero que você sofra o que eu sofri, mas muitas vezes estes pais não tem noção do que é viver também na cidade com um salário não muito alto, que em muitos casos, estes filhos no final de semana se não vão fazer o rancho em casa, passam necessidade. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selbach).

O presidente de uma cooperativa da região responde a esse questionamento da seguinte forma: “A falta de alternativa e de trabalho aos jovens, bem como a falta incentivo para a sucessão para permanecer nas atividades dos pais, havendo a necessidade de imigrar para fora do município”. (Representante da COTRIBÁ).

Os dados evidenciados na pesquisa de campo deste estudo são corroborados por dados secundários. Os dados da Tabela 03 mostram que, no ano 2000, 19,45% da população da região que residia no meio rural tinha entre 15 e 25 anos, sendo 66,55% homens. Já no meio urbano, este percentual de jovens do sexo masculino representa 53,96% e no estado 53,33%. Nesse período, em praticamente todos os municípios da Região, o número de jovens do sexo masculino é superior, com exceção dos municípios de Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí, Santa Bárbara e Tapera, onde o número de jovens mulheres é maior. No meio urbano, a diferença no número de jovens do sexo masculino e feminino é consideravelmente menor. Chama a atenção o município de Não-Me-Toque, em que essa população de jovens do sexo masculino representa 84,87% do total de jovens do meio rural, o percentual é igualmente elevado no meio urbano, 82,28%. Também no município de Ibirubá, 72,00% da população considerada jovem no meio rural são homens, sendo 76,35% no meio urbano.

Tabela 03 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos e percentual em relação ao total de residentes nos municípios- 2000

Municípios	Rural				Urbano			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	-	-	-
Colorado	202	4,97	149	3,67	145	3,56	116	2,85
Cruz Alta	510	0,72	424	0,59	5.976	8,39	6.125	8,60
Fortaleza dos Valos	168	3,31	192	3,78	249	4,90	218	4,30
Ibirubá	1.137	2,15	442	2,37	1.292	6,93	400	6,10
Lagoa dos Três Cantos	95	5,82	76	4,67	60	3,71	97	5,96
Não-Me-toque	1.044	1,60	186	1,29	1.073	7,45	231	7,24
Quinze de Novembro	113	3,15	158	4,41	160	4,47	125	3,49
Saldanha Marinho	137	4,30	122	3,81	131	4,09	153	4,79
Salto do Jacuí	273	2,11	309	2,38	896	6,92	901	6,96
Santa Bárbara do Sul	169	1,69	187	1,87	742	7,42	637	6,37
Selbach	144	2,97	120	2,46	234	4,81	272	5,60
Tapera	122	1,15	126	1,19	811	7,68	764	7,23
Total da região	4114	2,57	2067	1,29	11769	7,34	10039	6,26

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000).

A população de jovens, que representa 17,47% da população total na região no ano 2000, na década seguinte cai para 16,12%. No meio rural, esta população diminuiu a representação para 14,04%. Diminui também a diferença entre homens e mulheres no meio rural, que era de 66,65%, para 52,86%. A população no meio urbano se mantém constante neste período, o que pode significar que os jovens estão buscando oportunidades em outras regiões do estado. Além disso, nota-se que não há “masculinização” no meio rural, como relatam alguns entrevistados nesta pesquisa, e em pesquisas em outras regiões do estado e do país.

O município de Não-Me-Toque, que apresentou uma população jovem masculina significativa na década anterior, nesse período diminuiu 88,98% e a população feminina, 43%. Da mesma forma, o município de Ibirubá diminuiu 76,65% a população masculina, e a feminina desta faixa etária diminuiu 48,86%. O município de Cruz Alta diminuiu devido às emancipações de Boa Vista do Incra e Boa Vista do Cadeado. Os demais municípios apresentam queda na população semelhante à da região, conforme a tabela abaixo.

Tabela 04 - População residente na região do Alto Jacuí entre 15 e 25 anos- 2010

Municípios	Rural				Urbano			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Boa Vista do Cadeado	156	6,39	141	5,77	31	1,27	31	1,27
Boa Vista do Incra	133	5,49	126	5,2	60	2,47	64	2,64
Colorado	141	3,97	133	3,75	126	3,55	132	3,72
Cruz Alta	164	0,26	146	0,23	4896	7,79	5079	8,07
Fortaleza dos Valos	112	2,45	105	2,3	245	5,35	282	6,16
Ibirubá	265	1,38	226	1,17	1298	6,72	1272	6,59
Lagoa dos Três Cantos	60	3,76	45	2,82	58	3,63	61	3,82
Não-Me-Toque	115	0,72	105	0,66	1258	7,89	1197	7,51
Quinze de Novembro	122	3,34	106	2,9	136	3,72	156	4,27
Saldanha Marinho	76	2,65	60	2,1	136	4,74	139	4,85
Salto do Jacuí	165	1,39	120	1,01	818	6,89	843	7,09
Santa Bárbara do Sul	128	1,45	131	1,49	614	6,95	567	6,42
Selbach	116	2,36	97	1,96	300	6,08	264	5,36
Tapera	132	1,26	110	1,05	760	7,27	697	6,67
Total	1885	1,21	1651	1,06	10736	6,91	10784	6,94

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Sendo evidente que a distribuição espacial da população tem uma associação direta com a distribuição das oportunidades econômicas na região, a saída do jovem do meio rural deixa transparecer, pelos relatos das entrevistas, a importância do setor industrial como proporcionador destas oportunidades nos municípios de Não-Me-Toque, Tapera, Ibirubá e Lagoa dos Três Cantos. Neste último, por estar localizado próximo aos outros municípios nos quais o setor industrial representa uma importante atividade econômica através do setor metal-mecânico, como um importante polo, voltado principalmente à produção de máquinas e implementos agrícolas. Nos demais municípios, os jovens filhos de agricultores que migraram para a cidade, estão trabalhando no comércio do município, principalmente nas lojas de eletrodomésticos e cooperativas, empregados como trabalhadores permanentes ou temporários nas propriedades da região, ou prestaram concurso público e trabalham nas prefeituras de seus respectivos municípios.

Neste estudo, fica evidente que a busca por um horário de trabalho e salário fixos, para que não necessite pedir dinheiro aos pais, é uma questão cultural que resulta na saída do jovem do meio rural, pois a velha praxe de se dizer “está trabalhando para você, para o que é seu”, na concepção do jovem, não basta. Precisa exercer suas atividades de forma independente da tutela dos pais, diferente da forma como ocorre a divisão do trabalho, atualmente, nos estabelecimentos agrícolas da região.

Assim, o jovem opta por estudar ou trabalhar em atividades consideradas por ele e pela sua família como “menos sofridas” e não retornam para o meio rural. Esta concepção

é também dos pais, de que seus filhos não precisarão sofrer como eles no interior, por isso os apoiam, incentivando-os a estudar e trabalhar em outro local, sendo que em muitos casos continuam recebendo auxílio financeiro e alimentos oriundos do meio rural.

Em algumas famílias, principalmente com jovens que já estão casados, estes trabalham na propriedade e recebem uma parcela da produção. Ou, ainda, recebem uma área de terra, normalmente adquirida para esta finalidade, para que produzam de forma independente e usufruam seus benefícios, mantendo-os ao mesmo tempo como mão de obra auxiliar no restante da propriedade. Neste caso, porém, resulta a saída dos pais, deixando a propriedade sob a tutela e administração do filho.

O sistema oficial de ensino, no meio rural, segue o mesmo padrão da escola urbana, com todas as deficiências agravadas: a inadequação com a realidade agrária, que resulta em prejuízo para o efetivo aproveitamento dos usuários rurais; o fechamento de escolas no meio rural; o transporte escolar que tirou a criança de lá e as condições precárias das estradas; o modelo precário de ensino das escolas que ficaram, em que os professores se propõem a lecionar por motivos de avanços de fim de carreira, são fatores que contribuem para a não permanência do jovem nas suas atividades rurais.

Apesar do governo ter criado, em 1946, escolas agrícolas de nível médio e superior, talvez a escola tenha sido a única instituição que não promoveu transformações e nem acompanhou ou orientou as transformações ocorridas após o processo de modernização agrícola, não sendo suficiente para a procura de alternativas educacionais mais condizentes com as necessidades dos diferentes grupos do meio rural, ou que dissesse respeito especificamente à vida rural, pois não faz parte do programa apresentado em sala de aula, ao contrário, o desenvolvimento urbano é enfatizado. Aléssio (1981) descreve a percepção dos diferentes grupos sociais, após a modernização agrícola, sobre a educação no meio rural. Segundo ele, dos granjeiros vinha o questionamento de qual seria o futuro de seus filhos em escola do interior, de como é importante ter bons colégios, não importa o preço, o negócio é cidade mesmo, o que resulta em outras alternativas profissionais. A percepção do colono sobre a escola é que ela é fundamental, é um meio de melhorar de vida. Antigamente, podia-se dar terra como herança, atualmente como não há terra para dar, então se dá estudo. A escola é quase tudo para o colono, já que pode propiciar uma profissão fora do meio rural, pois, caso contrário, terá que viver da agricultura em situação precária. Há colonos que

vendem sua própria terra para dar faculdade aos filhos. Assim, uma das principais razões de transferirem-se para a cidade é a educação dos filhos. Pelo lado dos granjeiros seria interessante que os filhos dos empregados estudassem, sendo uma forma de domesticá-los, pois entenderiam com mais facilidade as ordens do patrão, porém estes eram os primeiros a se evadirem, já que não se sentiam à vontade no colégio.

Outro problema para a permanência da população jovem no meio rural é a inviabilidade em dividir a área com os outros irmãos. Assim, a preocupação com a sucessão é maior em propriedades em que as áreas de terras são menores, pois de forma legal, o Estatuto da Terra limita a partilha dos estabelecimentos agropecuários em lotes de tamanho inferiores ao módulo rural regional. O crédito fundiário, que poderia ajudar na questão da sucessão, está sendo utilizado para legalizar a compra já efetuada, usado como capital de giro ou para aproveitar a condição altamente subsidiada do programa. Além disso, não atendem a esse público jovem que está saindo da atividade, além do valor a ser financiado ser muito baixo, se comparado com o preço da terra na região. A saída encontrada por muitas famílias é a parceria entre os irmãos, um fica na propriedade e ajuda os que migraram, por meio de alimentos e uma parcela da receita gerada, normalmente não levando em consideração os custos da propriedade.

Como em qualquer ramo de atividade econômica, muitos jovens optam por seguir carreiras diferentes das desenvolvidas pelos pais. A sucessão familiar no meio rural é um tema complexo, que precisa ser discutido desde cedo com os filhos, para diminuir a possibilidade de ocorrerem atritos no futuro. No ponto de vista dos entrevistados, a diversificação das atividades na pequena propriedade, aumentando gradativamente a sua renda e tornando mais atrativa a atividade rural para os seus sucessores, pode trazer perspectiva para o jovem permanecer na atividade agrícola.

Considerações finais

A região do Alto Jacuí, tem alcançado nos últimos anos, expressivo desenvolvimento agrícola, com uma produção e produtividade recorde de soja na história, na safra 2010/2011, devido principalmente à combinação entre clima e preço, além do uso de tecnologias com tratamento permanente do solo, irrigação artificial e agricultura de precisão. Certamente esse crescimento está sendo comemorado e irá

repercutir entre a sua população rural, governo e nas demais instituições ligadas ao setor agrícola na região. Mas, como esperar que esse desenvolvimento agrícola, suas facetas e evoluções, desenvolvam a região do Alto Jacuí e o meio rural, já que a população analisada neste estudo deixa transparecer que os critérios objetivos, relacionados à melhoria das condições de vida e bem-estar, estão sendo alcançados somente após migrarem para o meio urbano de seu município?

Além disso, na fala dos entrevistados há uma percepção clara de que enquanto pesquisadores da área enfatizam a importância de manter o produtor no meio rural e veem de forma negativa a migração da população rural para cidade, o produtor pensa diferente, pois é muito difícil escutar alguém dizendo que o meio rural é um bom lugar para se viver. O que se ouve, segundo os relatos dos entrevistados, é que “eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei”, ele diz isso com muita seriedade. Então, só o fato dele dizer que “não quero que meu filho tenha a vida que eu tive”, é um sinal de que a vida que ele teve deve ser investigada.

Outro paradigma se apresenta dessa forma: como estudar o desenvolvimento rural, já que há inviabilidade de pequenos produtores, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, atrelado ao elevado preço da terra. Permanecendo no meio rural, os caseiros das grandes propriedades e uma população quem tem idade superior a 60 anos. Assim, há uma troca de residências, sai produtor e entra o caseiro assalariado, pois é cada vez mais comum nas agências de empregos da região a procura por esses trabalhadores.

Segundo Martins (1986, p. 33), por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um “sujeito”, sujeito social, que nela exprime a sua identidade, que nela se identifica ou que por ela se identifica. Segundo o autor, ao contrário da “realidade urbana”, não se pensava no meio rural mais do que se pensa no estômago e no fígado, enquanto estamos bem. No caso da região do Alto Jacuí, o principal critério para a definição de meio rural é a dependência da atividade agrícola, porém esta atividade ocupacional não depende fundamentalmente da população rural. Esta realidade é mais forte nos municípios maiores em extensão, como Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul e Salto do Jacuí.

A inviabilidade econômica dos pequenos produtores rurais pode ser corrigida pela diversificação, tanto na produção de leite, no beneficiamento de seus produtos e na agroindustrialização. No entanto, a lógica do mercado está prevalecendo e inviabilizando também essas alternativas. Essa questão é retratada na atividade leiteira, que é considerada como uma alternativa de renda para o pequeno produtor, no entanto tem se mostrado concentradora e excludente. O mercado mostra claramente que precisa de mais área, mais tecnologia com menos custos, e menos custos é excluir pessoas. Quem não acompanha e/ou consegue renda, ou seja, não atende a essa lógica do mercado, desaparece do negócio, muitas vezes por falta de assistência técnica especializada para essas atividades, já que as cooperativas e empresas agrícolas em alguns municípios da região estão voltadas e especializadas, especificamente, à produção de grãos. Ou seja, há um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que pode ser uma alternativa para o produtor, pode excluir outros, sendo considerada uma solução paliativa.

No que se refere à agroindustrialização, parece consenso de que nem todos os produtores rurais possuem condições de apresentar produtos compatíveis com as exigências e padrões que o mercado exige. Enquanto os que apresentam esta condição desenvolvem e atendem mercados mais promissores, outros, menores e mais significativos, com tecnologia artesanal, disputam o restrito mercado regional com inevitáveis reflexos negativos sobre os produtos de matéria-prima. Desmotivados, abandonam a atividade.

Alguns municípios tentam viabilizar a comercialização de produtos diversificados através de feiras. Especificamente, no município de Cruz Alta, foi criado um galpão para a comercialização de produtos oriundos de pequenas propriedades rurais de produtores da região. Este espaço foi fechado recentemente pela fiscalização sanitária do município. Alguns poucos produtores ainda permanecem em espaços abertos nas praças da cidade, até em frente aos supermercados, ofertando seus produtos no início da manhã, em alguns dias da semana. Os compradores são pessoas que residem próximo aos locais de oferta, e procuram produtos de maior qualidade.

Além disso, na região onde predomina a produção de soja através de plantio direto de sementes geneticamente modificadas, os grãos são exportados *in natura*, principalmente via ferrovia. Apenas uma parcela da produção de soja é absorvida pela agroindústria, o que pouco contribui para a geração de empregos diretos. Por outro lado,

a produção de soja, principalmente, cria um conjunto de condições para a geração e fortalecimento de uma rede de serviços e comércio que marcam a paisagem no meio urbano dos municípios, como: sistema bancário, ampliação das agências de cooperativas de crédito rural, serviços burocráticos de escritórios, rede de revenda de insumos e maquinário agrícola. Além de assistência técnica composta de agrônomos, técnicos agrícolas e mecânicos operadores de máquinas agrícolas e de sistemas de irrigação. Próximo ao perímetro urbano, as estruturas de armazenamento chamam a atenção. Na área rural, a paisagem é padronizada com grandes lavouras, com elevada densidade técnica e praticamente nenhuma densidade demográfica, tanto nos assentamentos quanto em pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Outra questão que poderia contribuir para o desenvolvimento rural diz respeito às famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na região. No entanto, alguns produtores não conseguem visualizar um futuro, ocasionando a saída, principalmente do jovem rural. Um dos motivos apontados é a falta de infraestrutura nos assentamentos. Arrendar parte das terras para a produção de soja a terceiros é a única alternativa viável para os assentados, pois não há ninguém (filhos) para ajudá-los nas suas atividades, alguns já têm idade avançada e os filhos estão morando em outras cidades. Além da falta de maquinário agrícola, não há estrutura para escoamento de sua produção de aves e suínos, tanto no que se refere às estradas precárias quanto às dificuldades de comercialização

A discussão sobre a temática da diminuição da população rural tem início no período que precede as políticas nacional-desenvolvimentistas e do esgotamento do modelo agroexportador brasileiro baseado no café, estudando, sobretudo, as consequências do deslocamento do centro dinâmico de uma economia essencialmente agrária para uma economia urbana e industrial. Porém, é a partir do final de 1970 e, principalmente na década de 80, que esse tema passa a ser amplamente discutido, tendo como fio condutor a modernização agrícola e o êxodo rural.

Mais recentemente, com a abordagem que leva em consideração o desenvolvimento rural, percebe-se que em algumas regiões do Brasil e do mundo há uma inversão no deslocamento do meio rural para o urbano, sendo o meio rural escolhido como residência devido à qualidade de vida que este tende a oferecer, tornando-o um ambiente pluriativo, de muitas atividades e de muitos atores.

Na região do Alto Jacuí, base empírica deste estudo, a temática da diminuição rural não tem sido abordada nos estudos acadêmicos e na esfera política. Os estudos direcionados ao meio rural na região estão relacionados especificamente ao desenvolvimento agrícola, retratado em ações modernizadoras dos processos produtivos, no incremento de tecnologias, sendo determinado por critérios econômicos, ligado restritamente à questão agrícola e alicerçado no aumento de produtividade e rentabilidade.

Na fala dos entrevistados, há uma percepção clara de que enquanto pesquisadores da área enfatizam a importância de manter o produtor no meio rural e vêem de forma negativa a migração da população rural para a cidade, o produtor pensa diferente, pois é muito difícil escutar alguém dizendo que o meio rural é um bom lugar para se viver. O que se ouve, segundo os relatos dos entrevistados, é que “eu não quero que meu filho tenha a vida que eu tive e passe pelo que eu passei”, dizem isso com muita seriedade. Então, só o fato de dizer que “não quero que meu filho tenha a vida que eu tive”, é um sinal de que a vida que ele teve deve ser investigada.

A discussão sobre a diminuição da população rural, longe dos pilares mais importantes da economia clássica e neoclássica, ou pelo funesto princípio malthusiano, está embasada nos moldes capitalistas da teoria marxista. Mais do que a discussão sobre se suas análises de assuntos específicos estavam certas ou não, os aspectos do marxismo são relevantes para analisar o modelo de desenvolvimento agrícola regional. Neste estudo, o que sempre esteve presente, como um elo, soldando a determinação de quem sai do meio rural e a necessidade de aquisição de mais áreas, é a dominação capitalista vinculada ao valor oferecido pela terra; isto aparece claramente já nos primórdios da atuação dos estancieiros portugueses, que até certo ponto controlam as condições do desenvolvimento econômico de colonos.

Neste estudo, partiu-se do ponto de vista de que a forma como se desenvolveu a atividade agrícola condiciona em grande parte as demais estruturas da sociedade, o que vale dizer que o sistema de produção determina a organização social e, conseqüentemente, o desempenho dos diferentes grupos de indivíduos que residem no meio rural. É, pois, no modelo de desenvolvimento agrícola que se procurou buscar o “fio condutor” para a explicação dos fenômenos sociais como a diminuição da população rural. Assim, o desenvolvimento agrícola adotado na região do Alto Jacuí é, por força das relações de produção e nas contradições que atuam no seu meio,

fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam na diminuição da população rural.

Ao concluir este estudo, pode-se afirmar que neste cenário de diminuição da população rural, o desenvolvimento econômico das cidades parece não ter influência na decisão de migrar de produtores que para lá se dirigem e que de lá se originam, com exceção de municípios onde o setor industrial é mais relevante. A agricultura, que é um elemento importante para o desenvolvimento rural, representa um potencial de melhoria da qualidade de renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo de desenvolvimento agrícola vigente.

Pode-se dizer que se conclui apenas uma etapa deste estudo, que há muito ainda a ser pesquisado, principalmente sobre as pessoas que permanecem no meio rural, e como se pode fomentar o seu desenvolvimento. E, especificamente sobre o envelhecimento e consequente esvaziamento do meio rural. O produtor rural depois de ter dedicado parte de sua vida à atividade agrícola, espera que depois de aposentado possa ter uma vida tranquila. No entanto, a distância que o meio rural representa da infraestrutura de que ele necessita, faz com que busque fora do meio rural esta tranquilidade, principalmente quando necessita de serviços de saúde. Assim, a diferença entre o rural e o urbano, quando trata-se de infraestrutura, determina a intensidade e a extensão da saída da população do meio rural.

Se por um lado, a questão do envelhecimento representa um avanço de qualidade de vida da população, por outro, impõe uma importante responsabilidade sobre as políticas públicas tanto no meio rural quanto no urbano. As políticas setoriais de acesso a saúde, perpassam todas as demais, não somente com relação a tratar os desafios do envelhecimento, mas sobretudo, com vistas à construção de um entorno favorável para que este produtor possa optar pela sua continuação no meio rural.

Notas

¹ Este artigo apresenta, de maneira condensada, os resultados contidos na tese de doutorado com o mesmo título, que foi defendida em agosto de 2011, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Apresenta-se nesta explanação os principais resultados deste estudo.

Referências

ACCARINI, José Honório. **Economia Rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.

ALÉSSIO, Atílio. **As relações entre os grupos rurais de Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 193 p.

ARBAGE, Alessandro Porporati. **Economia Rural**: conceitos básicos e aplicações. Chapecó: Grifos, 2000. 305 p.

AZAMBUJA, Bernardete Maria de. **O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí-RS**. 1991. 216 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BENETTI, Maria Domingues. **Origens e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA, e FECOTRIGO. 1957/1980. Porto Alegre: FEE, 1982.

BRUM, Argemiro. **Rio Grande do Sul**: crise e perspectivas. Ijuí: Unijuí, 1988. 104 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2010. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2008**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 24 mar. 2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982. 258 p.

GONÇALVES, Maria Flora (org). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358 p.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1998. 211 p.

_____. **Quatro séculos de latifúndios**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censos agropecuários (1960-1980)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2010.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

JOHNSON, J.H. **El hombre y la tierra**. Londres: Aliança, 1977.

JOHNSTON, Bruce; MELLOR, John. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 40-52, 1961.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In: **Reforma agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 1993.

_____. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 229 p.

MARTINS, José de Souza. (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.

MAZOYER, Marcel. Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas. Rio de Janeiro, **AS-PTA**, Textos para Debate, v. 37, 1991.

NEVES, Marcos Fava; CHADDAD, Fabio R.; LAZZARINI, Sérgio G. **Gestão de Negócios em Alimentos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 129 p.

RUEDELL, José. **Plantio direto na região de Cruz Alta**. Cruz Alta: FUNDACEP/FECOTRIGO, 1995. 134 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SARTORI, Armando; RODRIGUES, Lia Imanishi; PEREIRA, Raimundo Rodrigues, DAVIS, Roberto. **Agricultura e modernidade**: a crise brasileira vista do campo. São Paulo: Edição dos autores, 1998. 496 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. **Anais** do 1º. Encontro de Economia Gaúcha PPGE-PUCRS e FEE, 1., 2002. Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 669-694

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152 p.

TODARO, Michael. **Introdução à economia**: uma visão para o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 627 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douxe. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40 n.4, 2000.

Recebido em 11/01/2012 Aceito para publicação em 30/08/2012.
